



*A institucionalização da medicina no Brasil tem sido um tema
privilegiado nos estudos históricos sobre a ciência no país.*

*A razão disso reside no fato de que é no âmbito do conhecimento biomédico
que encontramos os exemplos mais significativos de organização
bem-sucedida da atividade científica.*

Luiz Otávio Ferreira

Os objetivos deste pequeno trabalho são os de apresentar uma breve leitura de alguns textos que se ocupam da medicina no século XIX no Brasil, e também o de apresentar levantamentos preliminares sobre o personagem Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868), primeiro chefe do serviço de saúde da Armada imperial, no período entre 1849 a 1868, em particular, num esboço de articulação entre a organização da saúde no exército e na Armada no período.

Corre-se, assumo desde pronto, desta maneira, o risco de um movimento de vai-e-vem, talvez pouco atinado ao rigor acadêmico, mas que me permite, por ora, o treino da narrativa que se pretende avizinhar da biografia.

O título provisório que acalento para a produção da dissertação aproxima-se a algo como “A medicina de Soares de Meirelles, Cirurgião-Mor da Armada”.

A gravura utilizada à guisa de ilustração de capa representa a primeira página do número de 19 de março de 1865, do informativo semanal “A Semana Ilustrada”, na qual a gravura de Henrique Fleiuss ironiza os esforços de guerra empreendidos no conflito da tríplice aliança.

O doutor Soares de Meirelles não teve participação ativa naquela guerra. Conforme se lê em Vieira Souto (1935, p. 43), o médico militar teria vivido uma trajetória predominantemente burocrática. Legou o patronato ao corpo de saúde da Marinha, e ainda a patronímica à cadeiras na Academia Nacional de Medicina, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ainda à Academia Brasileira de Medicina Militar. Nesta última, ocupo hoje a cadeira nº28, o que confere a tonalidade de mesquinhez a escolha de meu objeto de pesquisa.



Entrementes, identifica-se o personagem, sobretudo, com a expressão higienista da medicina. Portanto, lançarei mão de alguns textos estudados nas primeiras aulas do curso, acerca da saúde no Império.

O higienismo, como nos ensina Jean Luiz Neves de Abreu (2007), teria se configurado ao passo da extensão da atenção dos indivíduos para a sociedade, ou os povos. Atenderia, deste modo, de um lado, aos interesses de conquista ultramarina dos ibéricos e também, de outro, ao sistema médico que ia delineando-se desde o século XVI, e que se reveste de um imperativo pragmático, especialmente a partir da criação da Faculdade de Medicina de Coimbra na década de 1770. Aqueles que logravam obter sua licenciatura naquela instituição sabiam melhor aos olhos da Coroa, em detrimento dos práticos que pululavam no métier da cura, como expressado nas palavras do médico português José Manoel Leitão, em 1788:

O ministério conhecendo a utilidade vantajosa que tem produzido estes novos cirurgiões, não hesitou em preferi-los aos partidos que ele mesmo promove nos exércitos, armadas e conquistas, em cujas capitais os tem estabelecido, não só com obrigações de curar nos hospitais caritativos e militares, mas também de ensinarem anatomia (op.cit., p.764).

O higienismo – conjunto de normas, pedagogicamente ensinadas – traduziria portanto, a preocupação com a prevenção das enfermidades, face a precariedade dos meios terapêuticos de então. Os Estatutos da Faculdade de Medicina de Coimbra eram taxativos:

A higiene também é um corolário da fisiologia: porque das causas, e efeitos da vida, e da saúde, resultam o conhecimento dos meios, que se hão de aplicar para a conservação delas. Esta é a parte mais importante da medicina, e que, infelizmente, tem sido pouco cultivada pelos modernos (op.cit., p.765).

O autor ainda apresenta as obras que teriam sido referências na formação dos doutores, bem como teriam sido objeto de circulação de conhecimentos entre europeus e suas colônias: o *Tratado para a conservação da saúde dos povos*, de 1757; a *Medicina doméstica ou tratado completo dos meios de conservar a saúde e curar*, de 1788; a *Farmacopéia para o Reino e domínios de Portugal*, de 1794.



Ainda não tenho elementos para averiguar o eventual estudo dessas obras pelo nosso patrono. Sua tese de doutoramento, contudo, defendida na Faculdade de Paris em 1827, trata de *L'Histoire de l'éléphantiasis*. Trata-se da distinção sintomatológica entre a chamada “elefantíase dos árabes” e a “elefantíase dos gregos”, equivalentes nos dias de hoje, correndo-se os riscos do presentismo, da elefantíase causada pela filariose e a lepra, respectivamente, numa época, cumpre lembrar, ainda anterior à parasitologia.

A propósito, o papel desempenhado pelos hospitais, físicos e cirurgiões militares tem se tornado conhecido nos estudos sobre a formação da Assistência no Brasil: ligados a dispositivos tais como a Junta do Protomedicato; a Fisicatura-mor; nas escolas médicas e com as Misericórdias, sobretudo a partir de 1808; na Academia Imperial de Medicina e Junta Central de Higiene; além dos conflitos militares – em particular a Guerra da Tríplice Aliança e de Canudos.

Como se lê em Tânia Salgado Pimenta (2004), com o objetivo de regulamentar as práticas de curar, é criada em Lisboa a Junta do Protomedicato, em 1782. A esta instância competia a cessão de licenças para a prática da medicina, aos físicos, e da cirurgia aos cirurgiões, mediante provas, comprovação de experiência e formação, além de adequada inserção nas redes de sociabilidades e de influências.

A pretensão de se garantir a legitimidade da prática e a autoridade na formação de juízos era evidente, uma vez que o universo dos praticantes da cura era povoado principalmente por barbeiros, parteiras, curandeiros, benzedores, boticários e erveiros de diversos matizes. A diminuta quantidade de físicos e cirurgiões licenciados, a extensão territorial do império português e as minguadas ofertas de serviços de assistência ensejariam, naturalmente, a profusão de curadores populares.

Contra estes, e a serviço da legitimação e hegemonia de discurso oficial, seguiu-se a Fisicatura-Mor no Brasil, no período entre 1808 e 1828, quando tais funções passaram a atribuição das Câmaras Municipais, e, depois, às Faculdades de Medicina, a partir de 1832 e à Junta Central de Higiene Pública, em 1850 (op.cit., p.71-76).

É oportuno aqui citar que o Cirurgião-Mor Soares de Meirelles esteve entre os



fundadores de Academia de Medicina do Rio de Janeiro, depois Academia Imperial de Medicina, a partir de 1935. Esta instituição, debalde suas aspirações, não logrou êxito em conquistar o papel de reguladora e porta-voz oficial da medicina brasileira.

Como se reforça na leitura de Betânia Gonçalves Figueiredo (1999, p.281), ao longo do século XIX delineiam-se medidas no sentido de assegurar à categoria profissional dos físicos o monopólio das artes de curar. Babeiros e cirurgiões licenciados, a rigor, naquilo que diz respeito aos procedimentos e instrumentos utilizados, seriam semelhantes, como trabalhadores de ofício das antigas guildas, esvaziando o contraste entre formação acadêmica versus informalidade; contudo, as diferenças se fariam fortemente presentes quanto à hierarquia social e respectivos capitais simbólicos. Enquanto que os cirurgiões acadêmicos aproximam-se progressivamente do rol das profissões liberais, os barbeiros permanecem associados aos ofícios mecânicos. Dentre estes últimos, os barbeiros ambulantes seriam relegados ao último degrau da hierarquia.

Ao se mencionar a “saúde no Império do Brasil”, com efeito, é preciso estar atento à advertência de André Luis Lima Nogueira (2014, p.16), entenda-se “a Corte do Rio de Janeiro”, uma vez que diferenças expressivas seriam encontradas em outros rincões do país, como nas vilas mineradoras de Minas Gerais ou nas charqueadas do sul.

É oportuno aqui uma reflexão a partir da leitura de Maria Andréia Loyola (1983). Em *Médicos e curandeiros: conflito social e saúde* a autora apresenta a pesquisa realizada entre 1977-79 em um bairro do município de Nova Iguaçu na baixada fluminense. A distância de mais de um século quanto a nossas considerações não elimina, contudo, a coexistência de médicos e cirurgiões oficialmente chancelados e toda sorte de praticantes das artes da cura, tais como pastores religiosos, pais-de-santo, erveiros e curandeiros. As posições ocupadas no tabuleiro de poder e de capitais simbólicos parecem manter-se vividas. Enquanto que os representantes da medicina oficial tenderiam a “culpar” os próprios doentes por suas doenças e sofrimentos, frutos da “ignorância”, por outro lado os diversos tipos de curandeiros compartilhariam com



os estratos menos favorecidos uma compreensão mais ampla, global, marcadamente apoiada em causas sobrenaturais para seus padecimentos:

(os médicos) no entanto, nunca deixam escapar uma ocasião de afirmar para os clientes, de modo hábil mas inflexível, a superioridade de sua posição e de seu saber em relação aos especialistas da medicina popular, não hesitando em recorrer à contraprova da ciência para contestar a validade dos diagnósticos e tratamentos destes especialistas (op.cit., p.29).

Retomando-se o papel desempenhado pelos Corpos de Saúde dos exércitos e marinhas, estes encontram sua regulamentação como fenômeno tardio em praticamente todo o mundo ocidental, por volta da segunda metade do XIX, quando então passam a fazer parte, institucionalmente, de suas estruturas administrativa e organizacional.

A atenção para o estudo do nosso personagem, contudo, restringe-se à Corte no Rio de Janeiro, no período entre 1833, ano da criação do Hospital Central da Marinha na Ilha das Cobras e 1890, ano do terceiro Regulamento dos Corpos de Saúde do Exército e da Armada (Decreto 683 de 23.08.1890), tomado como marco da personalização de cada qual em suas políticas de saúde. O Hospital Militar da Corte, no alto do Morro do Castelo houvera sido fundado em 1768, atendendo soldados e marinheiros, e funcionou até 1902.

Enquanto o Exército tem sido atenção de estudos acadêmicos, o mesmo não ocorre com a Marinha. Conforme se pode ler em um dos autores pioneiros da história da medicina no Brasil, Lycurgo Santos Filho, “Ainda não se fez a história do corpo de saúde da Armada brasileira”. Teremos especial atenção ao relatório do então Chefe da Inspetoria de Saúde da Armada, Cirurgião-Mor Joaquim Cândido Soares de Meirelles ao então Ministro de Negócios Interiores em 1864, que será visto adiante.

Quanto ao exercício do ofício médico no Rio de Janeiro nos Oitocentos, são encontradas referências a hospitais militares – ou, precárias enfermarias, a rigor – em São Paulo desde 1766, no Rio de Janeiro desde 1769 – Hospital de Ultramar (ou até 1727, considerando-se o “Hospital do Quartel das Naus”) e estabelecimentos



congêneres em Olinda, Recife e Salvador desde inícios do século XVIII, seu caráter contingente à presença de tropas e sua dependência ou inter-relação às Misericórdias e Ordens Terceiras parecem já fixados. No Rio de Janeiro são caracterizados como hospitais de 1ª classe o Hospital Central do Exército e o da Marinha, já no final dos Oitocentos, portanto (Decretos nº307/1890 e nº4644/1902; SANTOS FILHO, 1977).

Cumprе observar que a apreciação do exercício médico, na época interessada, demanda a noção de doença e tratamento em um contexto pré-bacteriano. Vale reforçar que o delineamento do corpo teórico e prático da medicina – do modo aproximado como é hoje entendida – afigura-se após os eventos da anatomopatologia, da fisiologia experimental e da bacteriologia – para a clínica médica; e da antissepsia e da anestesia – para a cirurgia; todos contemporâneos a segunda metade tardia do século XIX (FERREIRA, 1994; CAMPOS COELHO, 1999; EDLER, 2009, 2011; SANGULARD, 2007, 2008).

Até então prevaleceriam as tendências neohipocrática-galênica da medicina, higienista e climática, conforme se pode ler nos autores, aqui ditos “pioneiros”, tanto quanto nos contemporâneos.

Para Luiz Otávio Ferreira (1994, p.59), quanto a perspectiva da tradição francesa da medicina dos sintomas e anatomoclínica estaria ainda impregnada da medicina climática:

Ao estudante de medicina, na época (até 1ª metade XIX), ensinava-se, fundamentalmente, identificar a doença e classificá-la segundo seus sinais evidentes. Ele não deveria em nenhum momento cogitar sobre suas causas internas. É certo que havia por parte dos médicos esse tipo de preocupação, mas tratava-se sempre de causas externas: clima, ventos, águas, alimentação e estilo de vida.

Para Flávio Edler (1996, p.291), o processo de profissionalização da medicina sedimentaria-se no final do século XIX, e teria como objetivos precípuos, como já antevisto, o reconhecimento público como sistema perito e a manutenção de hegemonia e status. A coexistência de diferentes sistemas médicos, no decorrer



daquela centúria, expressou-se no nível do debate cognitivo das diferentes influências; entretanto, mais do que a disputa pela primazia epistemológica e a clivagem dos conhecimentos, estaria em jogo o esforço para a manutenção do *status quo*. A medicina experimental – **que nosso personagem não chegaria a conhecer** – desempenharia, no final dos oitocentos, papel decisivo na consolidação de um corpo de conhecimentos ao qual denominar “medicina”. Escreve o autor que

A década de 1870 marcou um momento de inflexão na trajetória da profissionalização da medicina acadêmica, com a elite médica do Império lutando pela redefinição do estatuto de cientificidade do saber médico, pela elaboração de um programa de pesquisas orientado para a nosologia e terapêutica nacionais e pela emancipação da esfera destinada à formação profissional em relação à tutela exercida pela burocracia imperial. O processo de apropriação e institucionalização do arsenal técnico e teórico das disciplinas e dos modelos institucionais que revolucionaram a medicina em fins do século XIX dependeu em larga medida, dos consensos e dissensos entre os próprios médicos em torno dos fundamentos epistemológicos de seu próprio saber, o que se expressou pelo debate em torno da medicina experimental (p.267).

Debalde as rusgas, conforme o autor, os médicos do final do século XIX já apresentariam condições de desenhar seus projetos de pesquisa, bem como o saber médico nacional estaria em condições de contemporaneidade com o europeu. Ainda que inicialmente de caráter livresco, dotou-se, em especial na passagem para o XX, de laboratórios e metodologia experimental (op.cit., p.296). Para tanto, as reformas no ensino médico – em particular a reforma Sabóia – teriam sido cruciais no processo.

E, para finalizar...

De volta a formação dos corpos militares de saúde e aos hospitais militares, ainda conforme Lycurgo dos Santos Filho, estes teriam sido criados pela metrópole na principais províncias, como Bahia, São Luís do Maranhão, Santos, e também em cidades sede guarnecidas por fortes destacamentos militares, como Barcelos, São José do Rio



Negro, além de enfermarias que contemplaram outras províncias, como Oeiras, no Piauí (p. 301). A institucionalização – incorporação dos físicos e cirurgiões aos quadros administrativos do Exército e Armada seguiu vários passos:

- 1808 – transmigração da família real para o Brasil. Frei Custódio de Campos, Cirurgião-Mor do Exército e Armada, até 1822;

- Decreto de 10/12/1822, Cirurgião-Mor do Exército (TC Dr. Manuel Antonio Henriques Tota) e Cirurgião-Mor da Armada (Dr. Francisco Júlio Xavier). A autoridade desses restringia-se a corte. Nas províncias, os físicos e cirurgiões militares estavam subordinados aos comandantes das tropas e presidentes de províncias (capitães-gerais governadores das capitanias;

- Decreto de 19/04/1849 aprovou o “Plano para a organização do Corpo de Saúde do Exército”, com previsão de 01 Cirurgião-Mor Coronel, 02 Cirurgiões-Mores de Divisão, Tenentes-coronéis, 06 Cirurgiões-Mores de Brigada, Majores, 32 Primeiro-cirurgiões, contando capitães e tenentes; 64 Segundo-cirurgiões, contando tenentes e alferes (total de 105 oficiais “médicos”);

- Decreto de 22/02/1855: uniformes distintos, ingresso mediante concurso ao qual somente concorreriam os candidatos com grau de doutor e três anos de prática médica. Aprovados, nomeados segundos-cirurgiões;

- Com a proclamação da república, extintos os cargos de Cirurgião-Mor do Exército, passando a Inspetor Geral do Serviço Sanitário do Exército;

- João Severiano da Fonseca (1836-1887) foi o segundo Inspetor. Irmão de Manuel Deodoro da Fonseca, fez carreira no Exército, no qual ingressou como tenente segundo-cirurgião em 1862 e chegou a general de brigada (atual patrono do corpo de saúde do Exército);

- Decreto de 23/04/1849 – quatro dias após aquele do Exército – aprova o “Plano para a organização do corpo de saúde da Armada Nacional e Imperial”: 01 Cirurgião-Mor da Armada, capitão-de-mar-e-guerra; um cirurgião-mor da esquadra; capitão-de-fragata; três cirurgiões-mores de Divisão Naval, capitães-tenentes; 12 primeiros cirurgiões, contando primeiros e segundos-tenentes; 24 segundos-cirurgiões, contando



segundo-tenentes e guarda-marinhas, num total de 34 médicos (+ 6 farmacêuticos);

- Nomeado Joaquim Candido Soares de Meirelles (1797-1868) Cirurgião-Mor da Armada no mesmo dia do decreto; Soares de Meirelles redigiu ao menos dois relatórios para organização do corpo de saúde da Armada, um de 1848, levado a cabo pelo citado decreto de 1849; outro na forma de longo ofício ao Chefe de divisão e encarregado do Quartel-general da Armada, Jesuino Lamego Costa, em 30/12/1864; e participou da redação do Projeto de Plano para a Organização do Corpo de Saúde do Exército – Typographia Nacional do Rio de Janeiro, 1868 (MITCHELL, p.187, LOBO, p.96-7);

- Com a morte de Soares de Meirelles, sucedeu-lhe o Cirurgião-Mor Carlos Frederico dos Santos Xavier de Azevedo (1825-1893), de 1869-1890;

Um recenseamento das instituições de saúde da Armada pode ser assim apresentado: Hospital do Quartel das Naus (1767 - ?); Hospital Central da Marinha (1834 – atualidade); enfermaria de variólicos na Fortaleza de Boa Viagem (1876 - ?); Enfermaria de beri-béricos na Ilha do Governador (1883 - ?); Enfermaria de beri-bericos de Nova Friburgo (1889 – atualidade); Enfermaria de beri-bericos de Copacabana (1890 - 1910?); Enfermaria do Arsenal de Marinha (1913 -);

Segundo o Decreto nº430 de 29/05/1890, foi dada nova organização ao Quartel-General da Marinha, anexando-se os corpos de oficiais de marinha, maquinistas, fazenda e saúde; criação dos corpos de farmacêuticos e enfermeiros navais, militarizando-os – decreto nº40 de 1892, carreira militar, de 2º tenente a contra-almirante, com mesmos direitos, deveres e critérios de promoção do corpo de oficiais da Armada.

No caso da Armada, o Cirurgião-Mor Joaquim Cândido Soares de Meirelles encaminhou longo ofício ao chefe do Quartel-General da Marinha em 1864, no qual expôs diversas considerações sobre as medidas tomadas em países europeus, quanto a organização dos corpos de saúde de seus exércitos e marinhas, bem como apresentou um quadro geral da situação de penúria e desmotivação dos médicos que então guarneciam navios e hospitais. Conforme se lê no citado documento:

Em cumprimento à ordem de V. Exa. para que vos habilite com as



convenientes informações sobre os melhoramentos, que julgo necessários na Repartição a meu cargo, para poder V. Exa. deles tratar no Relatório que tem de enviar sobre este objeto, a primeira parte de meu ofício de 19 de novembro de 1863, satisfazendo igual exigência, a que faz agora V. Exa. visto existirem atualmente os mesmos motivos, que então existiam, e nenhuma medida ter sido tomada para melhorar o estado do Corpo de Saúde, e fazer desaparecer as causas de sua decadência. Em como essas causas de aniquilamento tem-se aumentado, outras que, **se não forem em breve reparadas trarão outra vez para a Marinha barbeiros e enfermeiros, com título de cirurgiões para tratarem da saúde dos oficiais e mais praças da Armada**, julguei conveniente e passo a tratar delas, pelo modo que as encaro. Se as pessoas que tem concorrido e concorrem para desgostar (sic) os médicos, de que se compõe o Corpo de Saúde, com sua inteligência e interpretação que dão às Leis, que foram emitidas em seu favor, e às que lhes são aplicáveis algumas em seu espírito, outras em sua ; tivessem conhecimento perfeito do que se passou e se passa em todas as nações da Europa, a respeito de Medicina e Cirurgia militares, tanto dos Exércitos, como das Marinhas, em épocas remotas e recentes; não só mudariam o seu parecer como reconheceriam a injustiça, que se tem feito aos médicos do Corpo de Saúde da Armada brasileira. Foi depois da amarga experiência, **que todas elas reconheceram que era preciso ter à testa de seus Hospitais e de seus Exércitos homens de ciência e de capacidade, que velassem sobre a saúde de seus soldados e marinheiros; e que homens tais não se sujeitam a posições amesquinhas e desdenhadas por aqueles mesmos que deles necessitam** (FRANÇA, 1971, p.8-10) (grifos nossos).

Evidencia-se aqui a preocupação do Cirurgião-Mor com a formação dos profissionais médicos, bem como expressa a posição então corrente, contra os praticantes das artes de curar não diplomados, como barbeiros e práticos. Também demonstra a insatisfação dos médicos da Armada, tanto quanto aos baixos vencimentos



percebidos como o desprestígio de serem tratados como “classe anexa”. Embora recebessem as mesmas patentes, não recebiam tratamento correspondente, nem eram contemplados com as mesmas leis remuneratórias. Continua o relatório do Cirurgião-Mor:

À vista de tudo quanto fica exposto, concluirá V. Ex.- o Sr. Jesuíno Lamego Costa – que há urgente necessidade de uma modificação na atual organização do Corpo de Saúde, **fazendo desaparecer as dúvidas que tem dado lugar a sua não execução, e ao cerceamento dos direitos que a Lei tem estatuído em seu favor. Só assim se conseguirá que venham para a Marinha médicos que inspirem confiança, e se conservem os que estão alistados.** Hoje todos os governos cultos estão persuadidos de que os serviços, que as ciências médicas são chamadas a prestar nos Exércitos e Marinhas requerem, da parte daqueles que as exercem, mui elevados dotes; e que os embaraços de todo o gênero que brotam todas as circunstâncias, em que hão de aplicar seus conhecimentos, não podem superar-se senão por homens de capacidade e de gênio. **E para tê-los desta classe foi mister melhorar o exercício facultativo militar, e fazer nele uma carreira digna e considerada.**

E foi para chegar a esse fim que a Inglaterra, a Holanda, a Bélgica, a Prússia, a Rússia, a Áustria, a Saxônia, a Baviera e a Itália declararam a posição dos médicos em seus Exércitos e Marinhas essencialmente militar, e lhes concederam as mesmas honras, preeminências, insígnias que a de outros oficiais.

Enfim, encerro este pequeno trabalho com as hipóteses de que o insigne patrono da saúde naval teria exercido sua prática médica sob os auspícios das tradições higienistas e da medicina climática, e ainda, da medicina dos sintomas e da anatomoclínica da escola francesa, emoldurada por uma vida burocrática.

O treino da narrativa aproximada à biografia e o flerte com a história militar causaram, decerto, percalços à leitura.

**Documentos:**

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Os portugueses na Marinha de Guerra do Brasil: Contribuição comemorativa dos centenários de Portugal (1130-1640). (*Relatório da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses*. Presidência da República. Rio de Janeiro, 1940.

FRANÇA, Mário Ferreira. O Dr. Soares de Meirelles e o Corpo de Saúde da Marinha. *História da Medicina e a Academia Brasileira de Medicina Militar. Academia Brasileira de Medicina Militar*. Rio de Janeiro: Editora ABMM, 1970, novembro, 1970, p.25-56.

MARINHA DO BRASIL. S/A. Hospital Central da Marinha: Resumo Histórico. Duque de Caxias, RJ: Imprensa Naval, 1968.

SOARES DE MEIRELLES, Joaquim Cândido. *Dissertation sur L'histoire de l'éléphantiasis: Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, le 10 janvier 1827, pour obtenir le grade de Docteur en médecine*. Imprimeur de la Faculté de Médecine.

VIEIRA SOUTO, Luiz Felipe. Soares de Meirelles: contribuições pra sua biografia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Boletim – Série Biographias*, nº32. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935.

Referências bibliográficas:

ABREU, Jean Luiz Neves. “A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa”. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.761-778, jul.-set. 2007.

BRASIL – MARINHA DO BRASIL. História Naval Brasileira. Terceiro volume – Tomo I, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Diretoria de Documentação da Marinha, 2002 [1975].

BRASIL – MARINHA DO BRASIL. OURO PRETO, Visconde de. A Marinha d’outora. Coleção Jaceguay, volume nº1, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981 [1894].

CAMINHA, Herick Marques. Organização e administração do Ministério da Marinha no Império – Coleção História Administrativa do Brasil, volume nº15. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha/FUNCEP – Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.

COELHO, Edmundo Campos. As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COOTER, Roger. “War and Modern Medicine”, In BYNUM, William.F.; PORTER, Roy. (Eds) *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*, vol.2, London/ New York: Routledge, 1993.

EDLER, Flávio Coelho. As Reformas do Ensino Médico e a Profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884). São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1992.

_____. “O debate em torno da medicina experimental no segundo reinado”. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v.3, n.2, 1996.



- FERREIRA, Luis Otávio. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*. Vol.4, nº1, 1994, p.57.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **Barbeiros e cirurgiões**: atuação dos práticos ao longo do século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* [online]. 1999, v.6, n.2. p. 277-291.
- FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In: PORTO, Angela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato da Gama-Rosa (org.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2008.
- LOYOLA, Maria Andréa. *Médicos e curandeiros: conflito social e saúde*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na colônia e no império: tentativa de reconstituição histórica*, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1975.
- MITCHELL, Gilberto de Medeiros. *História do Serviço de Saúde do Exército (1808 a 1911)*, 1º Volume, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 1963.
- _____. *História do Serviço de Saúde do Exército (1890 a 1911)*, 2º Volume, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 1963.
- NOGUEIRA, André. **Saberes terapêuticos nas Minas coloniais**: diálogos entre a medicina oficial e as curas não licenciadas (séc. XVIII). *História Unisinos* 18(1):15-26, Janeiro/Abril 2014. doi: 10.4013/htu.2014.181.02
- PIMENTA, Tânia Salgado. “Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a 1ª metade do Oitocentos”. *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11 (supl.1), 2004. (p.67-92).
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*, volume 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 1977.
- _____. *História geral da medicina brasileira*, volume 2, 2ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1991 [1976].
- SILVA, Arthur Lobo da. *O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro (Origens e Evolução)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. *Doutores e canhões: o corpo de saúde do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2012 (Tese de doutorado).
- TOLEDO, Elisa Adriano. Aspectos da formação do corpo de saúde militar no Brasil: conflitos e contradições. In: *Cadernos de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 13(2), 2005, pp. 419-438.